

AS COMEMORAÇÕES DO 16 DE SETEMBRO SOB A ÓTICA DA DIPBA –
DIRECCIÓN DE INTELIGENCIA DE LA POLICÍA DE LA PROVINCIA DE BUENOS
AIRES (1990-1996).

Marcos Oliveira Amorim Tolentino (marcosoat@hotmail.com) *

RESUMO

Na cidade de La Plata, entre 15 e 21 de setembro de 1976, ocorreu uma série de operativos orientados à repressão do movimento estudantil secundarista. Tal episódio tornou-se publicamente conhecido como *La noche de los lápices*. Trata-se de um dos casos emblemáticos que se instauraram na memória coletiva da sociedade argentina no período da reconstrução democrática, acerca da violência e da repressão sistemática dos sete anos da mais recente ditadura militar no país. Pensando nisso, este artigo propõe uma análise da ressonância alcançada por este episódio a partir das práticas comemorativas que se realizaram para rememorar-lo, no dia 16 de setembro, entre os anos de 1990 e 1996. Para tanto, sugere a utilização da documentação presente no arquivo da antiga *Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires* (DIPBA).

Palavras-chave: Memória, Comemorações, DIPBA.

ABSTRACT

In the city of La Plata, between 15 and 21 September 1976, a serie of proceedings aimed to the repression of secondary students. This episode became publicly known as *La noche de los lápices*. This is one of the emblematic cases which have established in the collective memory of Argentine society during the democratic reconstitution, a example of violence and systematic repression orchestrate throughout the seven years of latest dictatorship in the country. This article intends to investigate the repercussion achieved by this episode, focusing the commemorative practices held in its anniversary, on September 16, from 1990 to 1996. Therefore, it uses the documentation preserved in the files of the former *Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires* (DIPBA).

Keywords: Memory, celebrations, DIPBA.

Qual o lugar da memória nas sociedades ocidentais contemporâneas? Quais os motivos para a emergência desta como uma das preocupações culturais e políticas centrais das

* Estudante do programa de Mestrado em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

mesmas? Provavelmente com o intuito de responder a tais questões, a temática da memória tem se tornado uma das inquietudes mais recorrentes no campo acadêmico. Aponta-se, sobretudo, para a formação de uma *cultura da memória*; uma volta ao passado que contrasta totalmente com o privilégio dado ao futuro, que tanto caracterizou as primeiras décadas da modernidade do século XX. Dessa maneira, a partir da década de 1980, o foco parece ter-se deslocado dos futuros possíveis para os *passados presentes*, fruto dos discursos da memória produzidos pelo debate cada vez mais amplo em torno do Holocausto. (HUYSSSEN, 2000: p. 16-17).

Uma das maneiras de se analisar o espaço ocupado pela memória consiste em focar-se na dinâmica social das datas, aniversários e comemorações. É necessário ter em vista que as memórias sociais se constroem e estabelecem através de práticas que se instalam como rituais e *marcas*. No caso das comemorações, as datas são momentos em que o passado se faz presente em rituais públicos, nos quais se ativam sentimentos, se interrogam sentidos, se constroem e reconstroem as memórias sobre um passado. Algumas datas parecem cobrar uma importância muito grande ao ponto de converter-se em emblemáticas para praticamente toda a população de um país. Porém, as marcas e rituais não ficam cristalizadas: uma vez instaladas, o seu sentido é apropriado e (re) significado por atores sociais diversos, de acordo com as circunstâncias e o cenário político em que se desenvolvem suas práticas de comemorações. (JELIN, 2002: p. 245).

Na história do Ocidente, comemorar significou reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador ou como a sacralização dos valores e ideais de uma comunidade. A instalação dessa noção remete ao período de consolidação dos Estados Nacionais, na segunda metade do século XIX e início do século XX. A sua implantação relaciona-se à necessidade de construção de um passado comum, de datas e símbolos pátrios, de uma história oficial a ser compartilhada e transmitida. Tais iniciativas, no plano simbólico e identitário, permitiram a consolidação de sentimentos de pertencimento a uma nação (JELIN, 2002: p.3-4)

Porém, acontecimentos contemporâneos, especialmente marcados por conflitos sociais e políticos, demonstram a dificuldade em se consolidar uma história oficial. Por causar comoção e conflito na vida política e social, tem o efeito simbólico de instalar no próprio evento sua própria determinação de comemoração. Orientados ao futuro, os diversos atores sociais vêm a si mesmos e se colocam em tais datas como portadores de uma mensagem, um

legado ou uma herança que deve ser lembrada. Instalam-se, assim, versões alternativas e o espaço da memória torna-se um espaço de conflito. (JELIN, 2002: p.1)

Logo, a memória e o esquecimento, a recordação e a comemoração, tornam-se questões cruciais a serem pensadas quando se vinculam a catástrofes sociais e situações de sofrimento coletivo. Se no plano individual a marca do traumático intervém de maneira central no que o sujeito pode ou não recordar, em um sentido político, as contas com o passado combinam-se com urgências éticas e demandas morais, difíceis de serem resolvidas devido ao caráter conflituoso e à destruição dos laços sociais inerentes a tais situações.

Trabalhar questões relativas à memória nos países do Cone do Sul não é uma inquietude isolada de um contexto político e cultural específico. Ela geralmente é tratada a partir de uma abordagem particular: a preocupação sobre o legado das ditaduras que governaram os países da região entre os anos 1960 e o início da década de 1980, além das memórias produzidas ao longo dos processos pós-ditatoriais a partir da segunda metade dos anos 1980.

Metáforas como as das *feridas que não se cicatrizaram* ou do *passado que não quer passar* são comuns ao se referir a tais experiências traumatizantes na história desses países. Além de permanecer nas memórias coletivas, elas seguem alimentando debates, trazendo a tona fraturas nítidas no interior destas sociedades nas quais memórias divididas e antagônicas ainda se enfrentam.¹

Nota-se que passado certo tempo, marcado principalmente por anos de silêncio institucional, interpretações alternativas desse passado recente começam a ocupar um lugar central nos debates culturais e políticos. Constituem-se, assim, um tema público inevitável na difícil tarefa de formarem-se sociedades democráticas. Soma-se a isso o fato dessas memórias e interpretações serem elementos chave nos processos de construção das identidades individuais e coletivas em sociedades que emergiram de períodos de violência e trauma. Em cada uma delas, a ditadura marcou uma ruptura cujo balanço continua por ser feito, balanço este que interroga por suas causas, suas conseqüências e seu significado.

¹ Bruno Groppo caracteriza o espaço da memória como um espaço de luta política acerca do sentido do ocorrido. O momento de abertura política é um desses momentos de conflito: múltiplos atores sociais e políticos reestruturam relatos do passado e, ao fazê-lo, expressam também seus projetos e expectativas políticas para o futuro. As transições políticas nos países do Cone Sul foram distintas e singulares e o caráter das violações aos direitos humanos durante as mesmas criaram cenários para a manifestação desses confrontos. Dificultou-se, assim, a possibilidade de criar consensos entre diferentes grupos sociais que teriam de conviver no marco de novas regras do funcionamento democrático. Logo, a questão de como encarar as contas com o passado recente se converteu em uma disputa entre os que reclamam o reconhecimento e a legitimidade de sua palavra, de seu sentido do passado e de suas demandas (GROPPO, 2001: p. 19-26).

No caso específico argentino, analisar os debates sobre a memória da mais recente ditadura militar (1976-1983) significa referir-se, principalmente, ao terrorismo de Estado, suas condições e efeitos sobre o presente. A prática habitual do desaparecimento de pessoas constitui-se em uma de suas principais marcas; uma tragédia que se converteu em um dos problemas fundamentais na construção da democracia. Falar nos *desaparecidos* remete a um subtexto culturalmente partilhado, a uma vivência e a um tempo cronológico preciso: trata-se da *desaparición forzada de personas durante el terrorismo de Estado*².

Desde a recuperação da democracia, a presença do passado ditatorial passou por avanços e retrocessos de acordo com o clima político e cultural do país. Desde 1996 quando se comemorou os 20 anos do golpe, a recordação desse tempo e a homenagem às vítimas se intensificaram em manifestações públicas desenvolvidas em uma ampla gama de instituições e lugares. (LORENZ, 2002: p. 90) Tal presença intensificou-se nos anos 2000, quando foram revogadas as Leis de Perdão, reiniciando-se os processos judiciais contra os envolvidos na repressão. Trata-se, portanto, de um “Tiempo Óptimo” para a memória, no qual as demandas de *Verdade e Justiça* de diferentes atores sociais e dos movimentos de direitos humanos encontram receptividade no âmbito oficial. (VALDÉZ, 2001: p. 63-82)

Nota-se então uma crescente produção intelectual dedicada a problematizar as visões emblemáticas, consagradas na memória coletiva do país. Os seus questionamentos têm como eixo central os limites estabelecidos sobre o exercício de uma interpretação propriamente histórica de uma etapa crítica e decisiva, como a da ditadura militar, em uma sociedade que começava a se perguntar qual o lugar que tal experiência ocuparia na história do país. Além disso, a distância temporal abre interrogantes teóricos para o exercício histórico. Para os pesquisadores, a pergunta que se coloca é como fazer desse passado recente, e ainda tão presente, um objeto de investigação e conhecimento histórico (RABOTNIKOF, 2008).

Tais estudos seguem principalmente dois eixos. Trata-se de exercícios de reflexão acerca do que é memória, propondo-se a pensar em processos de construção de memórias e das disputas sociais acerca delas, sua legitimidade social e sua pretensão de “verdade”, além das conseqüências dos conflitos das memórias sobre as práticas políticas e sociais em transição. Assumem também o caráter de uma historicização das presenças dos debates acerca

² Luis Alberto Romero caracteriza a repressão como uma ação terrorista sistemática realizada pelo Estado. Segundo o autor, o planejamento geral e a supervisão tática ficaram nas mãos dos níveis mais altos do comando militar. A sua execução dividia-se em quatro momentos: seqüestro, tortura, prisão e execução. Apesar de a Junta Militar ter estabelecido a pena de morte, esta nunca foi aplicada, e todas as execuções foram clandestinas (ROMERO, 2006: p. 196-199).

das memórias nos espaços públicos de discussão e os efeitos destes para a resignificação do passado.

As comemorações anuais em torno do episódio *La noche de los Lápices* são um objeto de análise primordial para se pensar em tais questões. Passados trinta anos após o ocorrido, o que se nota na cena pública argentina é a permanência de atos rememorativos em torno do mesmo ³. O questionamento que se coloca é qual seria o significado histórico de um episódio que ainda se faz presente nos espaços públicos, sendo apropriado e re-atualizado por atores políticos diversos que enxergam nele um motor para sua mobilização. Para tanto, torna-se importante explicar de que maneira se manteve a vigência deste caso específico na memória coletiva dos argentinos.

Logo, as práticas e rituais comemorativos que ocorrem anualmente no dia 16 de setembro, como partes integrantes da memória, oferecem um cenário para a demonstração de uma multiplicidade de sentidos e interpretações produzidas em torno de um acontecimento passado. Permitem, assim, mapear quem são os atores sociais que se preocupam em manter visível e ativa a atenção social e política sobre um determinado acontecimento, além de quais os motivos que os levam a tornar pública a busca de legitimidade política de sua versão ou narrativa do passado.

Pensando nisso, dividiremos a nossa exposição em dois momentos. Primeiro, faremos uma proposta de análise das comemorações do 16 de setembro como uma maneira de se pensar quais os exercícios de memória realizados em torno de um episódio repressivo específico. Para tanto, pontuaremos de que maneira este se tornou um emblema e o que isso acarreta para a sua rememoração. Num segundo momento, proporemos a utilização dos documentos presentes no arquivo e fichário da antiga *Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires* (DIPBA), serviço de inteligência que funcionou na Argentina entre os anos de 1956 e 1998. A análise de tais documentos permite-nos mapear o *confronto* das memórias dos distintos agentes envolvidos em sua produção. De um lado, o material produzido pelos envolvidos nos atos comemorativos reproduz quais memórias e de que maneira elas são transmitidas em suas iniciativas públicas. De outro, os informes de inteligência dos agentes policiais que espelham a *verdade* que essas forças elaboraram para justificar as suas ações de vigilância.

³ Torna-se significativo o fato de que, em 14 de setembro de 2006, o então presidente Néstor Kirchner assinou um projeto de lei que tornou o 16 de setembro como o *Día Nacional de la Juventud*, em comemoração à denominada *Noche de los Lápices*.

La Noche de los Lápices: do acontecimento ao mito

Em 1983, após sete anos de ditadura militar, iniciou-se na Argentina a reconstrução democrática. A defesa dos direitos humanos, a ruptura com o passado violento, a demanda por verdade e justiça predominaram no horizonte simbólico desse novo período que se iniciava. O relato de sobreviventes e dos familiares de vítimas tornou-se então um dos veículos privilegiados na construção de uma memória coletiva acerca do terrorismo de Estado. Nesses anos, “(...) *se instalaron varias visiones emblemáticas de la represión y la violencia, en consonancia con una fuerte demanda de esclarecimiento e información acerca del pasado reciente.*” (LORENZ, 2004: p. 97).

Um desses emblemas foram os episódios ocorridos entre 15 e 21 de setembro de 1976, na cidade de La Plata, quando foram seqüestrados como parte da repressão ao movimento estudantil: Francisco López Muntaner, María Claudia Falcone, Claudio de Acha, Horacio Ángel Ungaro, Daniel Alberto Racero, María Clara Ciocchini, Pablo Díaz, Patricia Miranda, Gustavo Calloti e Emilce Moler. Todos eram estudantes secundários em distintos estabelecimentos dessa cidade e militantes da *UES*, uma das frentes de massa dos *Montoneros*, com exceção de Pablo Díaz que era integrante da *Juventud Guevarista*. De todos, somente Pablo Díaz, Gustavo Calloti, Emilce Moler e Patricia Miranda sobreviveram. Porém é através do primeiro que o relato deste episódio tornou-se público durante a transição democrática.

Analisar os processos de transmissão da memória do terrorismo de Estado a partir deste caso específico, e um de seus veículos privilegiados, significa questionar o porquê dele, dentre tantos outros, ter se tornado um dos veículos privilegiados para se denunciar os crimes cometidos pela Ditadura militar argentina. Torna-se, então, necessário identificar quais os significados e valores que os acontecimentos do passado receberam na construção de uma narrativa, além de quais os efeitos da consolidação desta para os processos de significação do passado ditatorial em curso.

Falar de memória emblemática é se referir a um marco: uma forma de organizar as memórias concretas e seus sentidos e, até mesmo, organizar os debates sobre as mesmas. Não se trata de um conteúdo concreto, mas de um eixo simbólico que define o que deve ser recordado e quais as coisas que devem ser esquecidas ou postas à margem. Entretanto, para evitar cair no risco de interpretá-la como invenção arbitrária, devemos precisar os critérios e

processos que dão a produções de memória o caráter de emblema, como formas de pensar de que maneira a significação da experiência passada encontra *eco* na sociedade e na cultura. Nesse contexto, torna-se importante pontuar que as memórias emblemáticas são produções ativas cujo status é adquirido a partir do conflito social. Elas nascem e adquirem sua influência através de esforços múltiplos, conflituosos e competitivos de dar sentido às experiências humanas. Para se tornar um emblema socialmente aceito e compartilhado, e ter peso cultural, uma memória emblemática precisa convencer diferentes atores sociais, dando assim um sentido maior às várias memórias individuais, além de responder às experiências, necessidades e sensibilidades das pessoas que se inserem em um marco social (STERN, 2001: p.4-8).

Um dos critérios é a projeção em espaços públicos. Na medida em que as memórias se restringem a um âmbito fechado – como algo compartilhado apenas entre familiares, por exemplo -, barreiras que impedem construir relações entre diferentes experiências e visões do passado são impostas. Para se livrar do caráter individual/privado, a memória precisa contar com uma elaboração e uma circulação pública, seja nos meios de comunicação de ampla circulação ou nos espaços de discussão pública.

Na transição à democracia, houve um núcleo formador da memória do recente passado ditatorial, formado pela publicação do *Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* – o *Nunca más* - e pelo julgamento às Juntas Militares – o *Juicio a las Juntas*, duas iniciativas oficiais de tratamento da experiência social dos anos de ditadura. Há ainda uma complementaridade entre elas: coube ao *Juicio* sancionar uma *verdade* que outorgava o valor de prova ao conjunto de testemunhos veiculados no *Informe* da CONADEP. (VEZZETTI, 2002). Até o ano de 1985 desconheciam-se o ocorrido em La Plata, em setembro de 1976. O ponto de inflexão disso foi a declaração de Pablo Díaz, em 9 de maio de 1985, na Sala de Audiências da Câmara Federal. Neste momento, o relato de Pablo Díaz adquiriu ressonância pública e as suas possibilidades simbólicas teriam sido vistas de imediato. O fato de o seu relato fazer parte de tais iniciativas influenciou diretamente para que se tornasse um ícone de verdade e no recurso amplamente aceito para a reconstituição do episódio.

Nesse momento, nota-se mais do que a revelação de fatos do passado ditatorial: *aconteceram* pela primeira vez horrores que, se até então puderam ser ignorados por uma sociedade silenciada, agora se impunham como uma realidade imediatamente presente. Conseqüentemente, na interpretação desse legado, prevaleceu a indignação. A condenação

moral da repressão ilegal estendeu-se como um sentimento maciço que excedia toda consideração política e ideológica. (NOVARRO & PALERMO, 2007: p. 641 - 646).

Com o retorno à democracia, a vontade de ressaltar a magnitude dos crimes cometidos pela ditadura levou-se a enfatizar os traços de *inocência* de suas vítimas. Havia uma dificuldade em politizar a discussão acerca dos desaparecidos, evocando o seu compromisso político, já que se corria um risco da reivindicação dos movimentos de direitos humanos serem associadas às organizações armadas e suas práticas violentas. O temor de que o reconhecimento explícito da sua participação em organização guerrilheira invalidasse o seu relato era um desafio para os que sobreviveram à repressão. Para uma sociedade à qual se impunha a necessidade de moldar o passado e as próprias identidades de um modo que permitisse prover-se rapidamente de raízes republicanas e democráticas, o *mito das vítimas inocentes* dialogava diretamente com esses anseios, o que explicaria a força de mobilização que ele teve ao longo da transição.

Ao se tornar um assunto de conhecimento público, o desaparecimento forçado de pessoas foi visto como uma violação a profundos princípios de ordem cultural mais que especificamente políticos. As pessoas não encontravam razões lógicas que lhes explicassem por que não se entregou os corpos; a desumanização e a perda de identidade das vítimas apareciam como uma operação que havia passado de todos os limites. Este tema mexeu com as sensibilidades em um registro que pode ser considerado como anterior a qualquer consideração política. A informação sobre a repressão produziu então um temor e um estranhamento acerca de casos que escapavam à racionalidade política admissível. O que horrorizava eram o excedente e o ilógico, especialmente, os possíveis enganos e injustiças irreparáveis cometidas pela repressão. Nesse sentido, repercutia publicamente a referência ao que se considerava fora do admissível: crianças, adolescentes, mulheres grávidas e pessoas idosas (GONZALÉZ BOMBAL, 1995: p. 206-207).

Desde o primeiro momento, o destino das vítimas do operativo policial de 16 de setembro apareceu vinculado às manifestações pelo boleto estudantil secundarista (BES), realizadas em 1975. Conseqüentemente, o fato de serem militantes políticos, além de estudantes, passou para um segundo plano no relato difundido. A figura das jovens vítimas da repressão, conhecida em um dos primeiros testemunhos difundidos durante o Juicio, concentrava, assim, elementos significativos, capazes de gerar identificação e comoção na sociedade argentina: “(...) adolescentes frente a los adultos que los reprimen (aún estaban

estudiando) por un reclamo ‘apolítico’ de carácter gremial (el boleto secundario), que pocos considerarían injusto o inadecuado (...)”. (LORENZ, 2004: p. 104).

Nesse contexto, podemos entender a repercussão que o episódio de La noche de los lápices alcançou após o testemunho de Pablo Díaz: ele concentrava elementos que o transformaram em um dos símbolos da repressão, segundo era descrita naqueles anos. Nessa conjuntura, Pablo Díaz assumiu um papel decisivo como porta-voz e propulsor de uma memória: “Yo tengo las cosas claras: creo que en toda masacre siempre queda un sobreviviente para contarlo y hacer condenar a los culpables. Ése es mi compromiso” (La Semana, 19/09/1985). Expressava, assim, sua convicção acerca da necessidade de testemunhar; assistido por uma instituição internacional, deu mais de três mil palestras entre meados de 1986 e fins de 1988, fundamentalmente em escolas primárias, secundárias e universidades. Desde um primeiro momento, seu objetivo foi a instauração de um debate e a transmissão de sua experiência aos jovens estudantes para que eles se apropriassem da história, das demandas e das práticas participativas. (LORENZ, 2004: p. 107).

O relato conformado nos anos iniciais da transição se viu reforçado ainda por dois veículos culturais de primeira magnitude: um livro, publicado pela primeira vez em junho de 1986, e um filme, lançado no mesmo ano.⁴ Podemos relacionar a repercussão pública alcançada pelo livro e pelo filme com o fato de episódio ter sido narrado nas duas produções através de códigos universais que podem ser codificados apesar das mudanças de época:

Se pueden identificar claramente quiénes son los buenos y los malos; y el contexto político donde se lo cuenta está procesado de forma de evitar lo controversial y exponer sólo lo muy consensuado, sobre todo lo que refiere a la violencia política. Pero además, desde estas claves simples el caso permite narrar la Historia de un modo inteligible desde el presente. (...). Los protagonistas son estudiantes secundarios adolescentes, lo que genera una rápida empatía con los receptores; su lucha es fácilmente comprensible y no puede ser objeto de objeciones y controversia. Digamos que luchar por el boleto escolar es más traducible al hoy que luchar por la ‘patria socialista’ o la “revolución”. (RAGGIO, 2006: p.8)

Além do filme e do livro, o relato de Pablo Díaz teve outro veículo concreto de memória: a instituição de uma data comemorativa no calendário escolar. A presença forte dos episódios de *La Noche de los Lápices* nas escolas reforçou-se com a apropriação que o movimento estudantil fez da sua mensagem⁵. Num contexto de retomada das atividades dos

⁴NÚÑEZ, Héctor R & SEONE, María. *La Noche de los Lápices*. Buenos Aires: Planeta, 1986; “La Noche de los Lápices”, dir. Héctor Olivera.

⁵ O epílogo à edição do livro de 2003 destaca tal fato: “Tal vez porque los adolescentes intuyeron que estaban fundando su propia historia, tal vez porque eran la herida más abierta de una sociedad que emergía de una larga pesadilla, o porque sabían que muchos de sus sueños habían quedado trancos, se sumieron de inmediato como herederos naturales de las banderas estudiantiles y del compromiso social de los chicos secuestrados aquel 16 de

centros de estudantes secundaristas, tal episódio possuía uma dimensão política atrativa: jovens desaparecidos por sua atividade gremial estudantil, resumida no reclame pelo boleto, com uma data emblemática – o 16 de setembro. Dessa maneira, as marchas em homenagem aos jovens desaparecidos converteram-se numa manifestação recorrente dos anos da transição, culminando na conquista de uma data oficial no calendário comemorativo escolar⁶.

As comemorações em torno do 16 de setembro iniciam-se nesse contexto como um reflexo de dois *marcos* significantes da *nova democracia* argentina: a afirmação dos direitos humanos e de uma institucionalidade postulada como antítese do passado ditatorial. Relembrar este caso do terrorismo de Estado era uma forma de marcar uma ruptura com esta experiência recente e de afirmar um compromisso moral com o futuro, resumido através da consigna *não esquecer para não repetir*.

A continuidade de tais comemorações permite-nos analisar as memórias produzidas em torno do episódio *La noche de los Lápicos* como um processo histórico. Nesse sentido, o 16 de setembro seria um momento convocatório, no qual as diversas memórias e esquecimentos em torno de uma memória emblemática são colocados em cena. Em cada data comemorativa, há uma história particular, atores sociais e discursos específicos que se pautam em suas “verdades” e as reiteram ano após ano. (STERN, 2001: p. 12).

As operações de recordação e esquecimento ocorrem num momento presente, mas a partir de uma temporalidade subjetiva que remete a acontecimentos e processos do passado, que por sua vez cobram sentido em vinculação com um horizonte de futuro. Surge daí a necessidade de se historicizar a memória: analisar as transformações e mudanças nos atores que lembram e esquecem em cada momento ou período, em seus sentidos e nos climas culturais e políticos nos quais desenvolvem suas práticas de comemoração. Logo, as datas comemorativas, devido à sua recorrência no ciclo anual, são pontos de entrada privilegiados

septiembre de 1976. (...) En la mayoría de los centros de estudiantes de los colegios secundarios florecieron agrupaciones bautizadas “16 de setiembre”, en homenaje a los chicos desaparecidos en La Plata y, al mismo tiempo, como una nueva identidad unitaria de los adolescentes que exigía, siempre, un país más justo en el que valiera la pena crecer y soñar” (NÚÑEZ & SEOANE, 2003: p. 230).

⁶ “En la segunda mitad de la década del ochenta, las conmemoraciones organizadas por fuera del sistema educativo por los centros de estudiantes lograron la ratificación oficial del feriado: hasta 1988 el gobierno de la provincia de Buenos Aires decretaba asueto en coincidencia con las marchas e conmemoraciones (...) Desde ese año, ‘producto de una apropiación política de nuevos actores de la vida estudiantil secundaria durante la transición democrática, el evento fue el primero en ser reconocido por la autoridad educativa. En agosto de 1988 se sancionó la ley provincial 10671, que instituyó el 16 de septiembre como ‘Día de la reafirmación de los Derechos del estudiante Secundario’ (...). En 1998, el aniversario se incorporó oficialmente al calendario escolar de la ciudad de Buenos Aires como ‘Día de los Derechos del Estudiante Secundario’, en clara resonancia con la historia del reclamo por el boleto (Decreto 1109/98). Estas medidas establecen la obligatoriedad de realizar actividades en las escuelas en ocasión del aniversario.” (LORENZ, 2004: p. 115).

para a análise da tensão entre os rituais que se reiteram e refletem continuidades identitárias e de sentido, por lado, e as rupturas, mudanças e transformações nas práticas e significados da comemoração, no outro.

As mesmas datas têm sentidos diferentes para atores diversos que enquadram suas memórias no sentido das lutas políticas do presente. Conseqüentemente, as datas públicas tornam-se objetos de disputas e conflitos sobre o quê deve ser comemorado. Nota-se, então, uma luta entre “empreendedores ou agentes da memória” que pretendem o reconhecimento social e a legitimidade política da sua versão ou narrativa do passado, e que também se ocupam por manter visível e ativa a atenção social sobre o seu empreendimento. Em distintas conjunturas e momentos, os atores na cena pública são diversos, assim como seus interesses e estratégias. Dessa forma, ao pensarmos no papel que eles exercem na dinâmica dos conflitos ao redor da memória pública, devemos identificar quem eles são, o que buscam e o que implicitamente está por trás do uso político e público que fazem da memória. (CATELA, 2008).

A bibliografia sobre as comemorações das datas referentes às ditaduras no Cone Sul apontam para a predominância de dois segmentos sociais nas manifestações públicas. Os movimentos de direitos humanos que, a princípio, encontram canais de expressão muito fechados, mas, pouco a pouco, encontram formas para levar suas demandas ao espaço público. A instalação de uma versão alternativa à imposta pelos militares ao longo dos períodos ditatoriais é produto de sua ação e depende da persistência e insistência desses agentes para que se mantenha a comemoração com este sentido alternativo. Defendem, sobretudo, uma versão do passado que resgate e denuncie a repressão e o sofrimento, ao mesmo tempo em que demandam justiça e protestam contra a impunidade. O seu esforço para manter na esfera pública a sua mensagem fez com que alcançassem o protagonismo nas comemorações, principalmente na Argentina. (LORENZ, 2002)

Somam-se a estes as correntes mais jovens cuja participação relaciona-se às possibilidades de transmissão das significações dos eventos comemorados. Alguns jovens se comprometem e manifestam posições militantes em relação a tais eventos. Tornam-se, assim, militantes ativos de uma memória, apesar de correrem o risco de não terem ressignificado o acontecimento em termos de sua própria subjetividade. Conseqüentemente, as bandeiras se repetem, mas, ao invés de formarem um sentido do passado, são uma repetição ritualizada que dificultam a elaboração e a ampliação de uma interpretação histórica. (PALERMO, 2004).

Nesse sentido, as manifestações públicas e os discursos políticos tornam-se objetos privilegiados para a análise das transformações que as datas comemorativas podem sofrer. Surge, então, um questionamento sobre a relação entre passado e presente: seria possível que o significado de um evento mude profundamente da razão inicial de sua existência e se torne somente um pretexto ou uma ocasião para desdobrar as lutas políticas e sociais que sempre estão relacionadas com o presente? As atividades que se realizam são comemorações de acontecimentos passados ou veículos de uma luta política conjuntural?

O recorte proposto por este trabalho visa pensar tais questões, buscando discuti-las a partir das práticas comemorativas realizadas entre os anos de 1990 e 1996. A justificativa para este recorte relaciona-se a dois pontos centrais: a discussão sobre a presença da questão da *memória* do terrorismo de Estado na cena pública argentina da década de 1990, e o valor simbólico que o ano de 1996 adquiriu nessa discussão.

Durante a primeira metade da década de 1990, a presença pública do movimento de direitos humanos e da bandeira da memória foi mínima, com poucas mobilizações e escassa presença relativa nos meios e no espaço público. A esfera pública argentina estava dominada, principalmente, por questões econômicas e por rápidas transformações nas estruturas sociais que agravaram a transgressão aos direitos econômicos e sociais. Soma-se a isso o forte golpe dos indultos do então presidente Carlos Menem sob tais questões. Após amplas manifestações e protestos contra os mesmos, a atividade social ligada às reivindicações pelos direitos humanos perderam a visibilidade. O final da década de 1990 é interpretado como um ponto de inflexão para a presença nos espaços públicos dos debates sobre a presença do período ditatorial. Iniciou-se um *novo ciclo* de esclarecimento, discussão e elaboração da memória social a respeito dos crimes de terrorismo de Estado. (JELIN, 2008, p. 354 - 356).

O 16 de setembro no arquivo da DIPBA

O acervo documental do arquivo da antiga *Dirección de Inteligencia de la Policía de la provincia de Buenos Aires DIPBA* é um dos quatro arquivos referentes ao trabalho de inteligência policial abertos ao público na Argentina. O seu processo de abertura iniciou-se em 1998, quando foi *descoberta* a preservação dos seus documentos no edifício onde funcionou a central dos serviços de inteligência da polícia bonarense. No ano de 2000, a Legislatura da província de Buenos Aires transferiu o arquivo para a *Comisión Provincial por*

*la Memoria*⁷ que deveria fazer deste um “*Centro de información con acceso público tanto para los afectados directos como para todo interesado en desarrollar tareas de investigación y difusión*” (Lei 12.642.). Coube a este organismo as tarefas de conservação, preservação e gestão do fundo documental e, desde o ano de 2003, a abertura do arquivo para a consulta pública. As datas extremas da documentação guardada pelo arquivo são 1932 e 1998, ano no qual por uma resolução do *Ministerio de Seguridad y Justicia de la Provincia de Buenos Aires* se dissolveu a *DIPBA*.⁸

Os documentos produzidos através do *trabajo de campo* dos agentes de inteligência converteram-se em uma das formas para se conhecer o procedimento com o qual o poder político efetuou a vigilância e a conseqüente repressão aos seus opositores. Criada em 1956, a *DIPBA* vigiou ao longo de cinco décadas organizações sociais, políticas e culturais, além de acontecimentos representativos na história recente argentina (FUNES, 2004). De acordo com os princípios doutrinários que conduziam as suas atividades, a *Dirección de Inteligencia*: “*Vigilará, registrará y calificará asociaciones, comités, clubes, bibliotecas y toda agrupación similar, a fin de impedir toda propaganda que incite a las vías de hecho para subvertir el régimen existente*”⁹.

A vigilância, a espionagem e o registro em fichas policiais foram as suas funções. Este registro vinculava-se à repressão ao *delincuente social* que posteriormente se transformou em *delincuente político* e, finalmente, *delincuente subversivo*. Tais idéias, em cada época, se associaram, em termos gerais, ao controle sobre o protesto e as formas de expressão políticas. Dessa maneira, o seu acervo permite ao investigador aprofundar análises sobre as agências estatais dedicadas à atividade de inteligência, além de recuperar fontes documentais produzidas por diversos atores sociais e político que foram conservadas como conseqüência do trabalho de campo policial.

Em sintonia com a amplitude temporal do seu acervo, o arquivo possui um valor amplo no sentido de dar conta de como foram realizadas as tarefas de controle e registro sobre uma diversa gama de organizações da sociedade civil. Ao mesmo tempo em que este arquivo se estende por um longo tempo, os seus documentos registram diferentes atores sociais, não

⁷ A *Comisión Provincial por la Memoria* é um organismo público não-governamental e autônomo, criado pela lei 12.483 da Legislatura da província de Buenos Aires em 13 de agosto de 2000. Seus membros provêm de organismos de direitos humanos, das igrejas, a justiça, do meio universitário, do mundo sindical e da cultura e da legislatura da província de Buenos Aires. A *Comisión* hoje realiza, principalmente, atividades educativas voltadas à preservação e transmissão da memória das décadas de 1960 e 1970.

⁸ <http://www.comisionporlamemoria.org/archivo> Verificado em: 17/06/2010.

⁹ <http://www.comisionporlamemoria.org/archivo> Verificado em: 17/06/2010.

somente os mais diretamente vinculados com a atividade política seja ela sindical, partidária ou em organizações políticas e militares. A sua vigilância incluiu um amplo conjunto de organizações da sociedade civil: figuras e atividades do âmbito da cultura, as cooperativas e os centros comunitários, além dos diversos coletivos étnico-nacionais.¹⁰

No momento da abertura do arquivo, a atenção pública se centrou, sobretudo, em seu uso para buscar respostas sobre as características que assumiu o terrorismo de Estado. O valor dado à este arquivo relacionou-se à possibilidade que ele abriria para explicar os motivos e as formas que se caracterizaram a violência estatal e a violação aos direitos humanos durante os sete anos de ditadura militar. Inseria-se, assim, na categoria de *arquivo da repressão* (CATELA & JELIN, 2002: p. 5-6). Porém, tal marca atravessou a capacidade de abordagem e interpretação das particularidades deste arquivo. Ao associá-lo ao registro dos efeitos do terrorismo de Estado, circunscreveu-se a noção de *vítimas* da perseguição política perpetuada por esse organismo estatal àqueles que tinham sido afeados pelas políticas de perseguição durante o último governo militar.

Ao considerarmos a perspectiva histórica da instituição policial vinculada à inteligência política, deve-se reconhecer que a riqueza do fundo documental da *DIPBA* para os estudos históricos está na possibilidade que esta oferece para analisar a dinâmica de perseguição e registro efetuado pelo Estado ao longo de um tempo considerável, pois o exercício da vigilância e controle que exerceram os seus funcionários sobre a sociedade civil não se circunscreveu apenas à década de 1970 e ao início da década de 1980. Dessa maneira, podemos identificar e compreender as mudanças e continuidades nas tarefas de inteligência política desenvolvidas por ela e que, em parte, encontram-se registradas nos seus arquivos.

A criação de órgãos de informação na Argentina com objetivos políticos e repressivos fez parte da realidade democrática que antecede o regime das Juntas Militares. Os antecedentes da *DIPBA* remetem à *Oficina de Movimiento Político*, à *Dirección de Orden Público* e à *Sección Orden Social*, que funcionaram desde a década de 1930. A sua criação, se levamos em conta a forma como ela seguiria operando nos anos seguintes, explica-se no cenário de proscricção do peronismo e no processo de redefinição das forças de segurança no

¹⁰ Dentre as pesquisas realizadas com documentos guardados no arquivo da *DIPBA* e que dão conta da ampla vigilância realizada por ela pode-se citar o trabalho de Patrícia Funes sobre a censura a artistas e a suas produções (FUNES 2007) e ao rock nacional (PUJOL, Sergio. *Rock y Dictadura*, Buenos Aires: Emecé, 2005) no campo cultural; a vigilância a diversas organizações de natureza política como agrupamentos sindicais (LORENZ, Federico. *Los zapatos de Carlito. Una historia de los trabajadores navales de Tigre en la década del setenta*, Buenos Aires: Norma, 2007) e organizações de ex combatentes das Malvinas (LORNEZ, F.; GUEMBE, María Laura. *Cruces. Idas y vueltas de Malvinas*, Buenos Aires: Edhasa, 2007); e a vigilância sobre associações de judeus na Argentina (KAHAN, 2008)

contexto da Guerra Fria. Se é a partir da vitória da Revolução Cubana que a onda anti-comunista assola os centro de poder, não devemos perder de vista que as genealogias da tradição política argentina de controle e vigilância político-social remetem ao primeiro golpe de Estado das Forças Armadas. (FUNES, 2004)

Para a nossa proposta, precisamos ter em vista que, com o fim da ditadura militar, uma vez instalados os mecanismos democráticos no nível dos procedimentos formais, o desafio deslocou-se para o seu desenvolvimento e aprofundamento, a começar com relação ao conteúdo da própria democracia. A Argentina, assim como os outros países da região do Cone Sul, enfrentou dificuldades em diversos campos, desde a plena vigência dos direitos civis, sociais e econômicos, à permanência sistemática e reiterativa da violência policial. Percebe-se, assim, que obstáculos de todos os tipos para a vigência de um Estado de direito colocavam-se à vista cotidianamente no país, suscitando o questionamento sobre possíveis continuidades entre os regimes ditatoriais e os regimes constitucionais que os sucederam em termos da vida cotidiana de diferentes grupos da sociedade e das lutas políticas e sociais em desenvolvimento.¹¹ A continuidade das atividades da *DIPBA* é um demonstrativo de que, apesar de várias instituições políticas terem sido retomadas com a democracia, assim como limites legais terem sido refeitos para dar conta do novo cenário, as forças de segurança do Estado sofreram mudanças limitadas. (QUADRAT, 2008).

Analisar a documentação presente no seu arquivo permite compreender as relações entre Estado e sociedade através da atuação de um órgão de inteligência. Durante a mais recente ditadura militar, a crença na existência de um *inimigo interno* respaldou o argumento das Forças Armadas da necessidade de pôr em prática um controle social, através do registro dos passos de seus membros e do controle do seu modo de agir e pensar. O seu argumento era que o *comunista subversivo*, ou simplesmente o *subversivo*, atuava dentro das fronteiras nacionais e em sua estrutura social; podendo ou não ter vínculos ideológicos, políticos e financeiros com os centros mundiais da revolução; e atuando em todos os planos da vida social: na educação na cultura, nas relações de trabalho, na religião. Logo, nenhum setor

¹¹ Ao trabalhar com o acervo do DEOPS/SP, Maria Aparecido de Aquino pontua que, apesar do órgão ter sido extinto com o fim da ditadura, suas funções continuaram sendo exercidas por uma Divisão de Comunicação Social, vinculada à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, até o ano de 1995. Pensando nisso, a autora conclui: “Tudo isso vem nos mostrar como é mais fácil derrotar institucionalmente um regime autoritário e devolver, mesmo que de forma ‘lenta e gradual’, as prerrogativas que compõem o chamado Estado de Direito. Difícil é derrubar as intrincadas relações autoritárias que permeiam nosso cotidiano e que possuem uma continuidade que ultrapassa os marcos cronológicos dos autoritarismos explícitos.” (AQUINO, 2002: p. 43)

social ou pessoa física estaria livre, já que a viabilização do seu projeto social abarcava a sociedade como um todo (NOVARRO & PALERMO, 2007).

Os argumentos utilizados pelos militares para respaldar a sua *guerra contra a subversão* são um demonstrativo do caráter autoritário do regime instaurado por eles. Argumentos estes que possibilitam um entendimento acerca da esfera de atuação dos agentes repressivos. Uma análise dos seus relatórios, além de detalhar os procedimentos rotineiros e de demonstrar a sua capacidade de infiltração e permeio da sociedade à sua atuação, denotam também o centro da mentalidade repressiva e os procedimentos com os quais o poder político planejou a vigilância e a conseqüente repressão dos considerados adversários do regime (AQUINO, 2002).

Ao levar em consideração o fato das atividades da *DIPBA* não se interromperem com o fim da ditadura, percebe-se que algumas dessas relações autoritárias continuaram permeando a sociedade argentina, permitindo a vigência de um órgão de aparato repressivo, em um período democrático. Surgem, então, questionamentos sobre qual o sentido das atividades de vigilância em plena democracia; quais os critérios segundo os quais determinadas iniciativas tornavam-se o alvo de investigações; qual a interpretações dos agentes sobre elas; e quais as informações eram consideradas relevantes ou não.

A análise dos documentos de caráter interno da organização é uma forma de identificarmos a dinâmica que as tarefas da *DIBPA* adquiriu durante os anos em que esteve em funcionamento. No caso da documentação referente às comemorações do 16 de setembro, a leitura das fontes reunidas durante o trabalho de campo dos agentes da *DIPBA* permite problematizar a permanência de elementos institucionais da ditadura militar e da cultura da vigilância social nos anos posteriores ao seu fim. Por se tratar de documentos produzidos na primeira metade da década de 1990, a sua análise deve identificar de que maneira a cultura do informe policial de inteligência foi exercida naqueles anos e quais os critérios utilizados para estabelecer o *quê* deveria ser vigiado em plena democracia.

Por se tratar de uma instituição policial e de inteligência, a prática da *DIPBA* implicou em fazer registros, redigir informes, organizar prontuários e arquivos. Manter e alimentar esses registros, acumulá-los e ordená-los era parte das suas tarefas habituais. (CATELA & JELIN, 2002: p. 4-5). Ao mesmo tempo em que o seu arquivo se estendeu no tempo, o seu trabalho de registro e controle recaiu sobre diferentes atores sociais e um amplo conjunto de organizações da sociedade civil. Portanto, investigações históricas podem indagar acerca do

alcance e do caráter repressivo das políticas estatais, em diversos momentos da história política contemporânea da Argentina, ampliando o marco temporal e de atores submetidos à vigilância estatal.

Bibliografia

- AQUINO, Maria Aparecida de [et. al]. **O DEOPS/SP em busca do crime político: família 50**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.
- CATELA, Ludmila da Silva. Violencia política y dictadura en Argentina: de memorias dominantes, subterráneas y denegadas” *In: FICO, Carlos (org). **Ditadura e Democracia na América Latina. Balanço histórico e Perspectivas***. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008
- CATELA, Ludmila da Silva & JELIN, Elizabeth. **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad**. Madrid, Esp.: Siglo XXI Editores S.A., 2002
- FUNES, Patricia. “Medio siglo de represión. El archivo de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires”, *In: **Puentes de la Memoria***, Revista de la Comisión Provincial por la Memoria, ano 4, N° 11, maio 2004, pp. 34-43.
- _____. “Ingenieros del alma: los informes sobre canción popular, ensayos y Ciencias Sociales de los Servicios de Inteligencia de la dictadura militar argentina sobre América Latina”. *In: **Varia Historia***. Belo Horizonte, vol. 23, nº38, julho/dezembro 2007.
- GONZÁLEZ BOMBAL, Inés “‘Nunca Más’: el Juicio mas Allá de los Estrados”. *In: Acuña, Carlos et al. **Juicio, castigo y memoria. Derechos Humanos y justicia en la política argentina***. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995.
- GROPPO, B. “Traumatismos de la memoria e imposibilidad de olvido en los países del Cono Sur”. *In: GROPPPO, B & FLIER, P. (orgs.). **La imposibilidad del olvido. Recorridos de la memoria en Argentina, Chile Y Uruguay***. Buenos Aires: Ediciones Al Margen, 2001.
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- JELIN, Elizabeth. “Introducción & “Los sentidos de la conmemoración”. *In: JELIN, Elizabeth. **Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”***. Madrid, Esp.: Siglo XXI Editores S.A., 2002
- _____. “La justicia después del juicio: legados y desafíos en la Argentina postdictatorial” *In: FICO, Carlos (org). **Ditadura e Democracia na América Latina. Balanço histórico e Perspectivas***. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- KAHAN, Emmanuel Nicolás. “¿Qué represión, qué memoria? El ‘archivo de la represión’ de la DIPBA: problemas y perspectivas”. Versão digital disponível em: www.historiapolitica.com/datos/biblioteca/kahan2.pdf (Verificado em 30/08/2009)
- _____. “¿Qué ves cuando me ves? Los judíos en el archivo de la Dirección de Inteligencia de la Policía de la provincia de Buenos Aires. TZINTZUN -Revista de Estudios Históricos, N° 47, janeiro-junho 2008.
- LORENZ, Frederico Guillermo. “De quien es el 24 de marzo? Las luchas por la memoria del golpe de 1976” *In: JELIN, Elizabeth. **Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”***. Madrid, Esp.: Siglo XXI Editores S.A., 2002
- _____. “Tomála vos, dámela a mí’. *La Noche de los Lápices: el deber de memoria y las escuelas.*” *In: JELIN, E.; LORENZ, F.G. **Educación y memoria. La escuela elabora el pasado***. Madrid, Esp.: Siglo XXI Ed., 2004.

- NOVARRO, Marcos & PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**. São Paulo: EDUSP, 2007.
- NÚÑEZ, Héctor R; SEONE, María. **La Noche de los Lápices**. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.
- PALERMO, Vicente. “Entre la memoria y el olvido: represión, guerra y democracia en la Argentina”. NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. (orgs.). **La Historia Reciente: Argentina en democracia**. Buenos Aires: Edhasa, 2004.
- QUADRAT, Samantha Vaz. “A emergencia dos direitos humanos na América Latina”. *In*: FICO, Carlos (org). **Ditadura e Democracia na América Latina. Balanço histórico e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- RABOTNIKOF, Nora. “Memoria y política a treinta años del golpe”. *In*: CRESPO, Horacio; LIDA, Clara E.; YANKELEVICH, Pablo. (comp.) **Argentina, 1976: Estudios en torno al golpe de Estado**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008
- RAGGIO, Sandra. *La Noche de los Lápices: los tiempos de la memoria*. Versão digital disponível em: www.memoriaabierta.org.ar/noche_de_los_lapices_texto.php (Verificado em 30/08/2009)
- ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.
- STERN, Steve J. “De la memoria suelta a la memoria emblemática: Hacia el recordar y el olvidar como proceso histórico (Chile, 1973-1998)”. *In*: GARCÉS, M. et. Al. (ed.). **Memoria para un nuevo siglo. Chile, miradas a la segunda mitad del siglo XX**. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2001.
- VALDÉZ, Patricia. “‘Tiempo Óptimo’ para la memoria.” GROPPPO, B & FLIER, P. (orgs.). **La imposibilidad del olvido. Recorridos de la memoria en Argentina, Chile Y Uruguay**. Buenos Aires: Ediciones Al Margen, 2001.
- VEZZETTI, Hugo. **Pasado y Presente – Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina**. Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI editores, 2002.